

# A nupcialidade brasileira do ponto de vista das relações de gênero e classe\*

Nathalie Reis Itaboraí\*

## Resumo

A perspectiva de gênero é adotada para analisar o processo de formação de família, considerando as diferenças por classe entre as mulheres. Classe social está relacionada à família de diferentes formas, permitindo identificar diferentes processos de formação de família, associados às representações culturais e condições materiais de vida de cada classe. Observam-se os processos de entrada em união das mulheres, os padrões de endogamia nos casais e os diferenciais entre cônjuges em aspectos como educação, renda e idade, de forma a avaliar a dimensão demográfica das relações de gênero, seja na manutenção de arranjos mais tradicionais, seja no processo de empoderamento feminino. As mulheres brasileiras são analisadas em três momentos no tempo, a partir de dados das Pesquisas Nacionais por Amostra Domiciliar (PNADs) de 1976, 1984-86 e 1996 e da Pesquisa de Padrão de Vida (PPV) de 1996, considerando-se as alterações em curso em suas implicações para a dinâmica das relações de classe e gênero.

**Palavras-chave:** gênero, classe, nupcialidade, família

---

\* Trabalho apresentado no IV Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Havana, Cuba de 16 a 19 de Novembro de 2010.

\* Mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Doutoranda em Sociologia pelo IUPERJ em transição para o Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ). E-mail: [nathalieri@uol.com.br](mailto:nathalieri@uol.com.br).

# **A nupcialidade brasileira do ponto de vista das relações de gênero e classe \***

**Nathalie Reis Itaboraí\***

## **Introdução**

Esse trabalho pretende abordar a questão da nupcialidade do ponto de vista de suas implicações para as estratificações sociais de classe e de gênero. A questão é entender como o contexto da formação de uniões e as características individuais dos cônjuges espelham processos sociais mais amplos através dos quais as sociedades se (re)produzem continuamente no que diz respeito a (des)igualdade entre homens e mulheres em união e a (des)igualdade entre grupos familiares de diferentes classes. Embora na longa duração sejam perceptíveis as continuidades que falam a favor da reprodução social ou manutenção de desigualdades de classe e gênero, mesmo que sob novas e diferentes formas, a motivação maior aqui é investigar mudanças que podem ser resumidas pela idéia de processos de emancipação feminina e democratização social que dizem respeito respectivamente às alterações no equilíbrio de poder entre homens e mulheres em arranjos de casais no sentido de um empoderamento das primeiras e à redução dos diferenciais por classe no que diz respeito ao comportamento familiar, o que faz com que esse domínio cada vez mais deixe de ser um traço distintivo, em termos reais ou ideais (modelos sociais), de determinada classe<sup>1</sup>.

Por um lado, discutem-se os diferenciais por classe nas estatísticas usuais da nupcialidade, de forma a identificar padrões diferenciados ou não por classe nos processos de formação de família. Interessa-nos verificar o quão se diferenciam ou não as classes nesse aspecto e a evolução de tais diferenças verificando se essas ao longo do tempo caminham num sentido de redução ou de aumento de diferenciais, ou seja, de uma maior homogeneidade ou heterogeneidade das experiências de nupcialidade das mulheres de diferentes classes. Dentro da concepção contemporânea de um feminismo que pretende abordar a pluralidade das experiências femininas, elegeu-se a interface entre gênero e classe como abordagem interessante para trazer a tona uma das dimensões das desigualdades sociais na sociedade brasileira, ao colocar o problema da desigualdade de classe entre mulheres.

Por outro lado, a experiência mais ou menos semelhante da desigualdade de gênero experimentada por mulheres de diferentes classes é aqui considerada da perspectiva das desigualdades entre homens e mulheres unidos, partindo das mudanças no balanço de poder dentro dos casais em suas tendências ou não de um empoderamento feminino. Mais uma vez o controle por classe é essencial de forma a verificar em que medida as mudanças na condição feminina generalizam-se por todas as classes, configurando um processo social geral e consistente, bem como em que medida, mulheres de determinadas classes podem ser consideradas mais ou menos beneficiadas pelas transformações nas relações de gênero.

---

\* Trabalho apresentado no IV Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Havana, Cuba de 16 a 19 de Novembro de 2010.

\* Mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Doutoranda em Sociologia pelo IUPERJ em transição para o Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ). Agradeço as sempre valiosas sugestões de meu orientador, Nelson do Valle Silva, restando a mim a responsabilidade pelas eventuais falhas no resultado final.

<sup>1</sup> Como no modelo clássico da família nômica das elites oposta a promiscuidade suposta entre os mais pobres.

Foram analisados dados das Pesquisas Nacionais por Amostra Domiciliar (PNADs) de 1976, 1984, 1986 e 1996 e da Pesquisa de Padrão de Vida (PPV) de 1996. Como essa última cobriu apenas o Nordeste e Sudeste do Brasil, as comparações exigiram, nos casos em que foi utilizada a PPV, impor essa mesma seleção às PNADs. A análise de dados focalizou as mulheres e suas histórias de união, mantendo sempre a comparação por classe social familiar<sup>2</sup>. Na análise da composição dos casais foram consideradas variáveis que podem estar relacionadas à distribuição de poder, nas quais mudanças possam ser interpretadas como empoderamento feminino ou como manutenção de formas mais tradicionais de dominação masculina.

O texto está organizado em quatro seções. Nesta primeira, apresenta-se o objeto, a metodologia e as bases de dados empregadas. Na segunda, trata-se do processo de formação de famílias, considerando os diferenciais por classe em vários aspectos da nupcialidade como transição ou não do estado de solteira para casada e idade ao casar, bem como considerando como as tendências observadas podem redundar em ampliação ou não das oportunidades de vida experimentadas pelas mulheres tendo em vista que a formação de família é uma das dimensões de sua vida, com a qual inclusive concorrem outros projetos pessoais e profissionais. Na terceira seção, aborda-se a composição dos casais, considerando taxas de endogamia por classe e educação e as características das mulheres comparadas a seus maridos em outros aspectos como idade e renda, os quais podem afetar as relações de poder e autoridade nos casais. Embora nessa seção mantenha-se também o foco nos diferenciais por classe entre as mulheres e entre os casais, é nesse momento que se pode falar mais detidamente de um processo geral de empoderamento feminino das mulheres em arranjos de casais, o que, como atesta a literatura nacional e internacional (ARAÚJO, PICANÇO, SCALON, 2007) afeta valores, atitudes e comportamentos no que diz respeito às relações de gênero. Em uma quarta seção, são tecidos comentários finais sobre os significados das mudanças em curso.

## **O processo de formação de família de uma perspectiva de classe e gênero**

Essa seção trata dos diferenciais por classe na formação das uniões, refletindo também sobre as implicações das mudanças na nupcialidade para o potencial de poder com que as mulheres entram nas uniões. Descrições de medidas agregadas para o Brasil demonstraram ter havido poucas mudanças no período de 1940 a 1970 (SILVA, 1979), caracterizando-se a nupcialidade brasileira por ser semelhante à européia: casamento tardio e incidência relativamente alta de celibato, com base em medidas da idade média ao casar (26,21 para os homens e 22,96 anos para as mulheres) e da proporção de não casados aos 40-44 anos (8,8 para os homens e 9,7 para as mulheres) em 1970. Se até os anos 70 há uma certa estabilidade, é a partir daí que mudanças fundamentais na organização familiar começam a ocorrer. Berquó e Oliveira (1992) observam o crescimento no número de separações para afirmar que sua explicação ultrapassa um possível efeito depressor da crise econômica dos anos 80, revelando

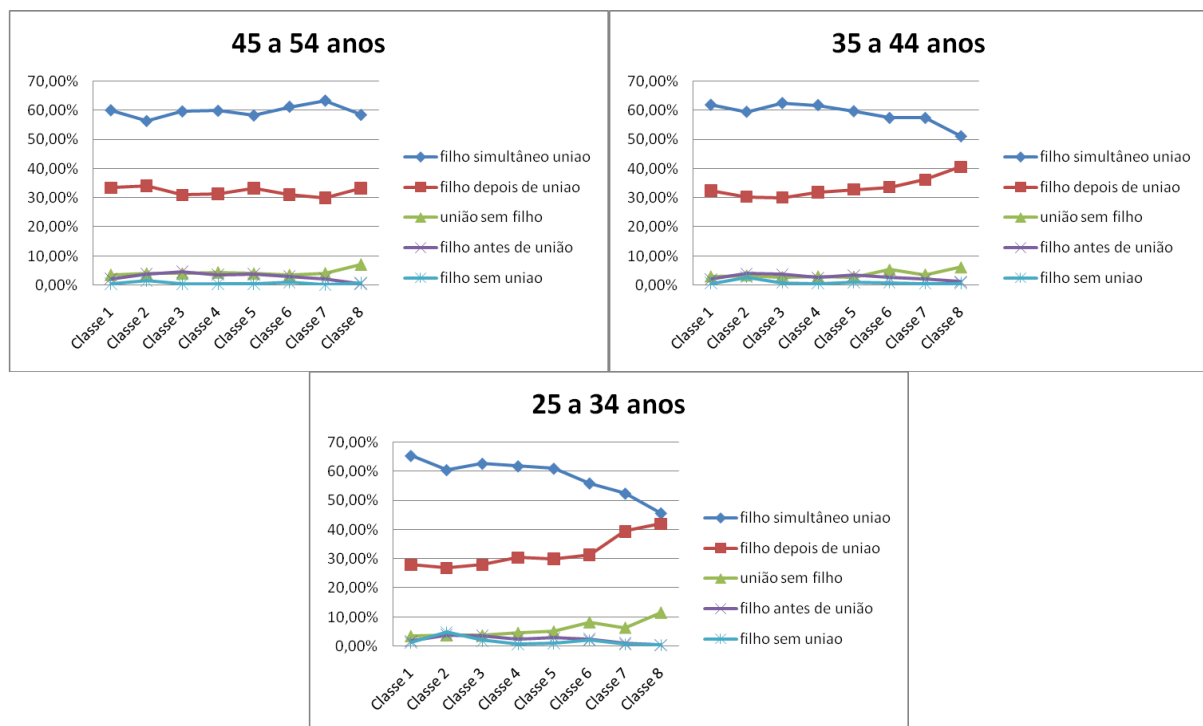
---

<sup>2</sup> As classes sociais familiares foram definidas a partir da ocupação mais alta dentre os cônjuges (procedimento semelhante ao método da dominância proposto por Erikson, 1984), a partir da agregação de categorias ocupacionais que resultaram nos seguintes grupos (seguidos de seu respectivo percentual na população em 1996): Classe 1 - Trabalhadores rurais (24,5%), classe 2 - Trabalhadores na indústria tradicional, nos serviços pessoais e domésticos (24,2%), Classe 3 - Trabalhadores nos serviços gerais e vendedores ambulantes (12,9%), Classe 4 - Trabalhadores na indústria moderna (5,3%), Classe 5 - Empresários por conta-própria (3,9%), Classe 6 - Ocupações não-manuais - técnicas, artísticas, de rotina e supervisão - (19,2%), Classe 7 - Proprietários e dirigentes (5,6%), Classe 8 - Profissionais de nível superior (3,7%).

sim mudanças culturais e na posição da mulher na sociedade. Evidências sobre a nupcialidade coletadas por Lazo (1996) incluem, por sua vez, a tendência declinante nas diferenças de idade ao casar de homens e mulheres; aumento na idade média da mulher por ocasião da união, e aumento de uniões consensuais. O objetivo dessa seção é observar algumas dimensões das mudanças em curso, verificando em que medida essas são homogêneas ou heterogêneas por classe. Na seqüência, analisam-se aspectos como a incidência de celibato, a idade da mulher ao casar, bem como os tipos de uniões que se formam.

Considerando que o processo de formação de família se inicia com a entrada em união ou o nascimento de um filho, pode-se observar qual a seqüência em que isso ocorre nas diferentes classes para as mulheres que já experimentaram um desses eventos. A Pnad 1984 permite detalhar a seqüência em que ocorrem os eventos de maternidade e união na vida das mulheres. Considerando o total da população, temos que 60,6% das mulheres tinham, nesta data, tido filhos e se unido simultaneamente<sup>3</sup>, enquanto 30,3% tinham tido filho depois de dois anos de união, sendo residual o percentual daquelas que tiveram filhos sem jamais ter se unido (1,7%), tiveram filhos mais de 2 anos antes de entrar em união (2,7%) ou tinham entrado em união e não tinham tido filhos (4,7%).

**Gráfico 1.** Seqüência em que ocorrem os eventos união e maternidade por classe social familiar e grupos de idade da mulher, 1984<sup>4</sup>



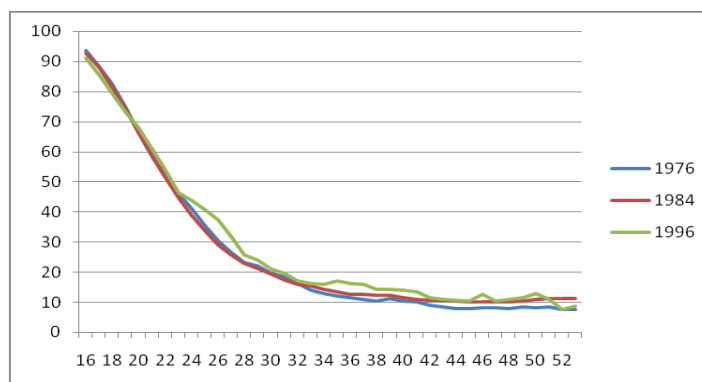
<sup>3</sup> Quando os eventos ocorrem um ano antes ou depois um do outro, ou seja, ou a gravidez precipitou o casamento ou se concretizou logo depois do casamento.

<sup>4</sup> Realçamos que, neste e em todos os gráficos seguintes onde consta um eixo de classes sociais, este tem caráter arbitrário, devendo a linha entre os pontos ser entendida como simples recurso visual para tornar nítido como os diferenciais por classe se comportam, aumentando quando há uma inclinação na linha (inclinação que pode indicar que um comportamento aumenta a medida em que se observam classes cada vez mais altas, ou vice-versa), ou reduzindo-se (ou seja, homogeneização de comportamentos) se a linha torna-se mais horizontal.

Na impossibilidade de obter esse nível de detalhamento em outras bases de dados, optou-se por observar três grupos de idade em 1984, de forma a verificar mudanças ao longo do tempo. Enquanto para o grupo mais velho, há pouca diferenciação por classe no padrão de ocorrência dos eventos união e maternidade, observa-se que as mulheres mais jovens (sobretudo de 25 a 34 anos) dos estratos superiores (sobretudo 7 e 8) começam a se diferenciar na medida em que cresce o percentual daquelas que esperam dois anos ou mais depois da união para ter filhos ou mesmo se unem e não têm filhos. O gráfico 1 já sugere, portanto, que, pelo menos nas classes mais altas, as mulheres estão experimentando mais flexibilidade na escolha de arranjos familiares e de vida, diversificando, ou pelo menos protelando, o padrão tradicional de união e maternidade<sup>5</sup>. Essa dimensão da mudança na condição feminina fica mais evidente quando considerada conjuntamente com a análise da entrada ou não em união e da idade em que isso ocorre nas diferentes classes.

Conforme o gráfico 2, as curvas de sobrevivência no estado de solteira são semelhantes nas três datas analisadas, indicando não haver mudanças significativas no que diz respeito ao processo de entrada em união. Em ambas as datas, cerca de 50% das mulheres encontram-se unidas aos 22 anos. Quanto ao final da curva, nota-se que o celibato é relativamente estável, mantendo-se em torno de 10% a partir dos 40 anos, com um leve incremento entre 1976 e 1984.

**Gráfico 2.** Curvas de sobrevivência no estado de solteira, mulheres de 15 a 54 anos residentes no Nordeste e Sudeste, 1976, 1984 e 1996, médias móveis



Quando se detalha, no gráfico 3, as curvas de sobrevivência no estado de solteira por classe, análise possível apenas para os anos de 1976 e 1984<sup>6</sup>, nota-se a entrada em união mais cedo nas classes 1, 3 e 4, ou seja os estratos manuais com exceção do 2. Até por volta dos 24 anos, os estratos com menor incidência de uniões são os 7 e 8 (indicando um postergamento da entrada em união nos estratos mais altos), mas a partir daí sobressaem-se os estratos 2 e 6 como aqueles que apresentam maior frequência de celibato definitivo, acompanhado da classe 8. As classes 1, 3 e 4 apresentam um padrão mais uniforme de entrada em união cedo e baixos

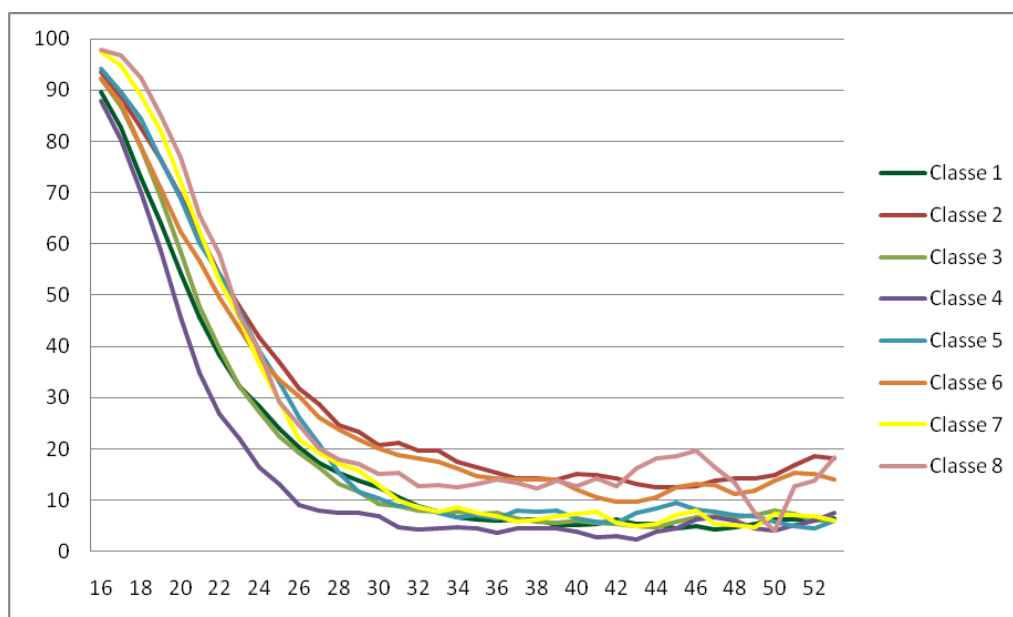
<sup>5</sup> Embora a comparação por grupos de idade não seja ideal, já que mulheres mais jovens teriam menos chances de passar por ambos os eventos, este viés tende a ser contrabalançado pelo fato de estarmos considerando apenas as mulheres que já passaram por pelo menos um dos eventos.

<sup>6</sup> Como enfatizado por Lazo (2002), dados sobre nupcialidade tem sido negligenciados nas PNADs da década de 1990, o que também nos levou aqui a restringir a análise aos dados da PNAD 1984. Em 1996, temos dados sobre estado civil apenas na PPV, base essa que, devido ao tamanho da amostra ser menor que o das Phads, não suporta a desagregação simultânea por idade da mulher e classe social.

níveis de celibato, indicando que na maioria dos estratos manuais a entrada em união se dá em idade mais jovem e abrange a maioria das mulheres.

Uma vez que ao comparar as curvas classe por classe, não houve mudanças significativas entre 76 e 84, optou-se por apresentar apenas a de 1984. Por um lado, a semelhança entre as curvas de 1976 e 1984 é importante porque mostra um padrão estável de diferenciais por classe, mas também porque sugere que possíveis mudanças se deram posteriormente.

**Gráfico 3.** Curva de sobrevivência no estado de solteira por classe, mulheres de 15 a 54 anos, 1984, médias móveis



Considerando que a curva de sobrevivência no estado de solteira reflete basicamente a idade média ao casar e o nível de celibato, é sobre esses dois aspectos que aprofunda-se a análise a seguir. A maior permanência das classes 2, 6 e 8 no estado de solteira pode ser confirmado através do percentual de mulheres solteiras aos 40-44 anos, idade em que o percentual de solteiras tende a se estabilizar, apresentado na tabela 1. Há que considerar o fenômeno de mulheres que já viveram união consensual e uma vez separadas voltam a se declarar como solteira. A Pnad 1984 permite mensurar qual o percentual, dentre as solteiras em cada classe, que havia na verdade vivido alguma união consensual. Esse percentual atinge 31% dos casos de mulheres antes declaradas solteiras, oscilando de 9 a 50% dos casos antes identificados como celibato, subdeclaração que é maior nas classes mais baixas acompanhando a tendência de menor formalização das uniões nesses estratos. De posse das taxas de celibato recalculadas, pode-se afirmar que este atinge em torno de 5% das mulheres no país, indicando que a experiência do casamento é relativamente universal a todas as classes, mas que há uma maior incidência de celibato nas classes 2, 6 e 8, provavelmente como reflexo da maior inserção ocupacional das mulheres nessas classes em que a segregação ocupacional por gênero alimentaria e seria alimentada pelo celibato que disponibiliza mais as mulheres ao trabalho. Não se deve supor, todavia, que as mulheres das classes 2, 6 e 8 tenham menos chance de se casar, muito provavelmente há uma reciprocidade causal, em que as mulheres mais propensas a investir seu tempo em trabalho são também menos propensas a investir em vida familiar e, por uma questão de segregação por gênero do mercado de

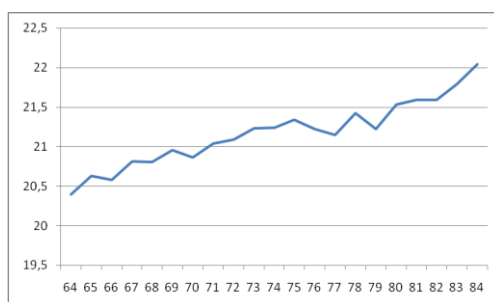
trabalho, encontram-se então nos estratos ocupacionais mais receptivos para com as mulheres. Deve-se lembrar ainda que, com a profissionalização das mulheres, o celibato feminino vem ganhando legitimidade na sociedade como um todo, algo que era mais restrito e desigual no passado. A historiografia brasileira permite observar que a legitimidade social de não se casar sempre foi maior nas classes altas, seja num passado colonial distante em que havia a opção pelo celibato através da dedicação religiosa em conventos e recolhimentos que convertiam em status e honra familiar esse ingrediente das estratégias matrimoniais familiares (NIZZA DA SILVA, 2002), seja num período mais recente em que as opções de trabalho feminino das classes altas (sobretudo a docência) eram revestidas de honorabilidade (NOGUEIRA, 1962). O trabalho das mulheres das classes baixas (fábricas, emprego doméstico, etc.), ao contrário, era visto como mais vulnerável e associado à prostituição, muitas vezes ligada à circulação no espaço público e a falta de proteção masculina (ESTEVES, 1989).

**Tabela 1.** Mulheres solteiras aos 40-44 anos

<i>Classe familiar</i>	<i>1976</i>	<i>1984</i>	<i>“Solteiras” antes unidas, 1984</i>	<i>Celibato recalculado, 1984</i>
<i>Classe 1</i>	4,8%	5,2%	27,8%	3,7%
<i>Classe 2</i>	13,5%	14,0%	41,0%	8,3%
<i>Classe 3</i>	4,2%	5,3%	50,5%	2,6%
<i>Classe 4</i>	2,5%	2,9%	17,6%	2,4%
<i>Classe 5</i>	4,7%	6,7%	31,4%	4,6%
<i>Classe 6</i>	10,9%	10,1%	16,8%	8,4%
<i>Classe 7</i>	4,7%	6,3%	14,8%	5,4%
<i>Classe 8</i>	7,7%	14,9%	8,9%	13,6%
<i>Total</i>	6,9%	8,0%	31,1%	5,5%

As mulheres brasileiras mantêm, nas três datas, altos índices de entrada em união. Se esse dado pouco muda, notam-se mudanças no tempo em que a entrada em união ocorre. Verifica-se, conforme indicado no gráfico 4, considerando-se todas as mulheres de 15 a 54 anos alguma vez unidas ano a ano no período de 1964 a 1984<sup>7</sup>, uma tendência de postergamento da entrada em união, que oscila nesse intervalo de 20,4 a 22 anos em média.

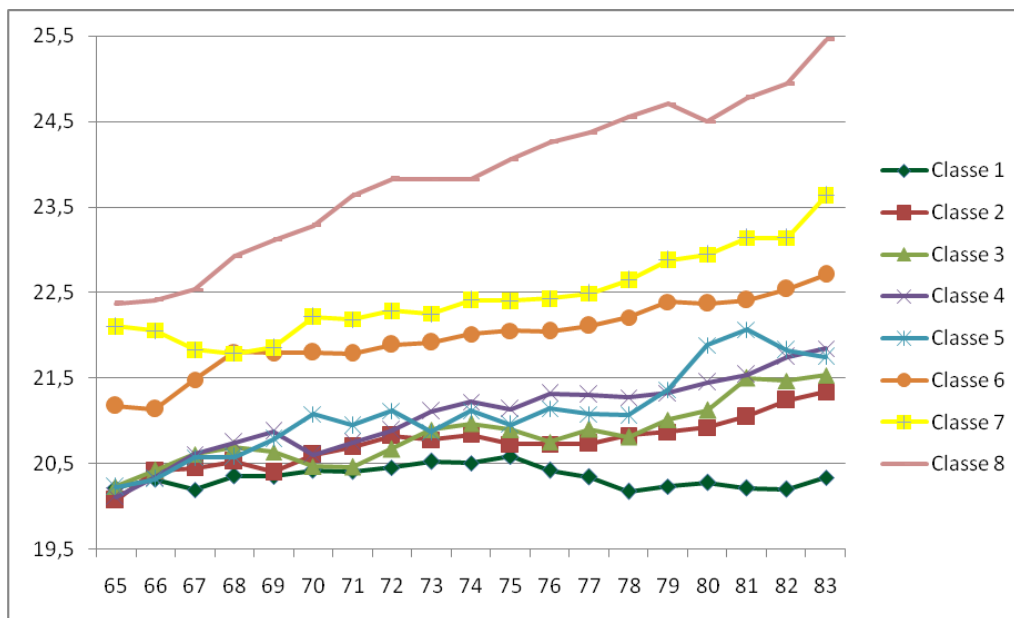
**Gráfico 4.** Idade média (em anos) de entrada na primeira união por ano de realização da primeira união, Brasil, mulheres de 15 a 54 anos alguma vez unidas (Pnad 1984)



<sup>7</sup> Em 1996, temos dados sobre idade de entrada na primeira união apenas para mulheres unidas na data da pesquisa (PPV), como as chances de findar a união são maiores entre aqueles que casam mais cedo, até pelo maior tempo de exposição ao estado de unido, julgamos que apresentar os dados para essa data poderia dar margem a interpretações equivocadas.

No gráfico 5, pode-se detalhar as tendências em suas variações por classe. Nota-se que os estratos superiores (classes 6, 7 e 8), que já em 1964 se uniam mais tarde, passam a fazê-lo ainda mais tarde no período mais recente. Nas demais classes, com exceção dos trabalhadores rurais, nota-se também a tendência de postergamento da primeira união. Se no início da curva, os estratos 2, 3, 4 e 5 oscilavam em torno de 20 anos, na parte final do período considerado, as idades médias de entrada em união desses estratos oscilam entre 21,5 e 22 anos. Em linhas gerais, os estratos urbanos mudam, enquanto os trabalhadores rurais mantêm. Se, por um lado, nota-se claramente a estratégia do postergamento da entrada em uniões nas classes mais altas, esse adiamento acontece de forma muito mais modesta nas classes mais baixas. Dessa forma, os diferenciais por classe aumentam expressivamente, passando de pouco mais de 2 anos para mais de 5 anos (tempo suficiente, aliás, para as classes altas consolidarem seus ganhos educacionais através da formação superior). Identifica-se claramente quatro blocos: trabalhadores rurais (1); estratos manuais urbanos (2, 3 e 4) dos quais se aproximam os pequenos proprietários (5); classes não manuais urbanas (6 e 7); profissionais de nível superior (8), que guardam uma grande distância em relação às demais classes não-manuais urbanas. Esses dados acompanham tendências já registradas na literatura no que diz respeito à escolaridade, variável que é uma *proxy* de classe social. Singh e Samara (1996), em um estudo para a década de 1980 em países em desenvolvimento que incluiu o Brasil, aponta a existência de uma associação negativa, a nível tanto de sociedades quanto de indivíduos, entre educação da mulher e entrada precoce em união, bem como uma redução na proporção de mulheres que se casam antes dos 20 anos nas coortes de idade mais jovens. Lazo (1996) também constata o adiamento da primeira união e a maior proporção de solteiras entre as mulheres mais escolarizadas.

**Gráfico 5.** Idade média da mulher ao início da primeira união por ano de realização da primeira união e classe familiar, Brasil, mulheres de 15 a 54 anos alguma vez unidas, 1984

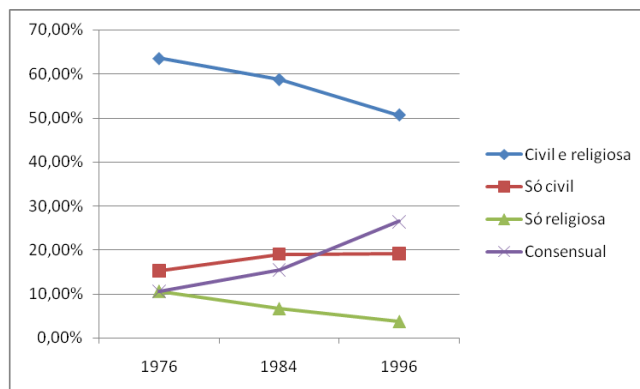


Um outro aspecto das mudanças na família diz respeito ao tipo de união, com a tendência de declínio das uniões com cerimônias simultaneamente civil e religiosa ou só religiosa, e aumento da opção por uniões só civis e consensuais, indicando uma tendência de secularização e desinstitucionalização das uniões, o que se pode verificar pelo gráfico 6. Todavia, quando se analisam as variações por classe (gráfico 7) nota-se, como observou



Bozon para o caso da França (1992), que a evolução do ritual matrimonial entre os diferentes grupos sociais inclui diferenças persistentes, tendo em conta os diversificados simbolismos a que os diferentes tipos de rituais se prestam.

**Gráfico 6.** Tipos de união, mulheres residentes no Nordeste e no Sudeste do Brasil, 1976, 1984 e 1996

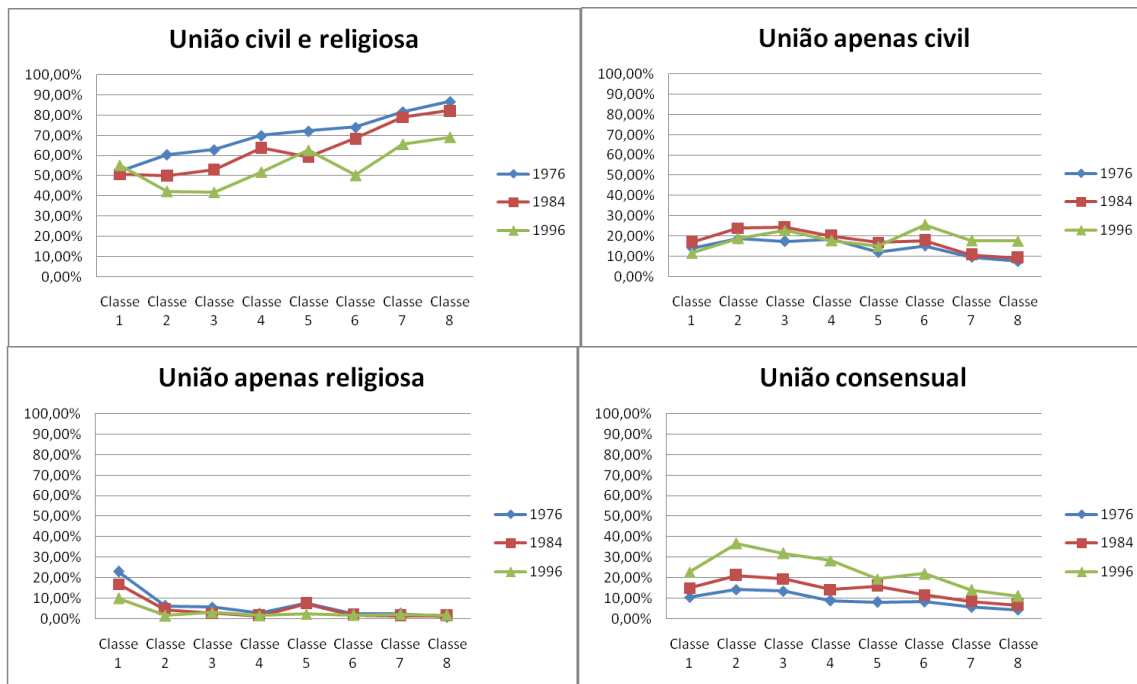


Observando, os diferenciais por classe para cada tipo de união nas três datas (gráfico 7), nota-se um movimento de convergência em torno da tendência geral, mas também algumas variações. Quanto à incidência de uniões simultaneamente civil e religiosa, nota-se que esta declina em todas as classes. Em 1976, a união civil e religiosa era mais hierarquizada, crescendo a medida em que se observava os estratos mais altos, tendo, no entanto, em 1996 se difundido para as demais classes, data na qual diminui não só a sua incidência, mas também o gradiente por classe, que em 1976 oscilava de 52 a 88%, passando em 1996 a oscilar entre 40 a 70%. Quanto à incidência de união apenas civil, que indica um desejo de formalizar uniões, mas abrindo mão da chancela religiosa, nota-se que esta cresce mais nos estratos não manuais, indicando uma substituição do vínculo civil e religioso pelo vínculo apenas civil, enquanto reduz-se ou mantém-se estável nos estratos manuais. Nota-se, ainda, que esse tipo de vínculo, antes mais freqüente entre os estratos manuais urbanos (2, 3 e 4), tende a homogeneizar-se na medida em que inclui crescentemente estratos não-manuais na última data analisada.

Tudo indica que o declínio da união civil e religiosa nas classes não-manuais (6, 7 e 8) reverte-se no crescimento das uniões civis, ou seja, abre-se mão da união religiosa, mas não da celebração civil historicamente uma forma de regular a transmissão de patrimônio. Já nas classes manuais a redução da união civil e religiosa se reverte em união consensual. As uniões apenas religiosas parecem ser uma tradição quase em extinção, declinando inclusive no seu antigo reduto, que são os trabalhadores rurais. Já as uniões consensuais tendem a crescer em todas as classes, mantendo-se, todavia, os diferenciais que fazem dela um tipo de vínculo mais típico, mas longe de ser exclusivo, aos estratos manuais urbanos, já que os trabalhadores da indústria moderna que se diferenciavam das classes 2 e 3 converge em direção a elas na última data analisada. Nas três datas, os níveis mais baixos de uniões consensuais são encontrados nas classes 7 e 8, indicando a manutenção desse distintivo no processo de formação de famílias nos estratos superiores. É enganoso, todavia, dizer que as classes baixas sempre viveram em união consensual ou que esta lá predomina, pois no período analisado nas classes de trabalhadores manuais sempre predominaram as uniões formais, embora com níveis mais altos de uniões consensuais que as classes não-manuais. Além disso, o crescimento da

união consensual em cerca de 10 pontos na classe 6 sugere que está possa estar já se difundindo mais entre os estratos não manuais. Todavia, quando se observa a incidência dos tipos de união conforme se trate de primeira união ou recasamento, nota-se que, entre os recasados, é bastante freqüente a opção por uma união não-formalizada. Se o percentual de mulheres em primeira união que tinham vínculo consensual era em 1984 de 10,7% passando a 21% em 1996, a incidência de união consensual nos recasamentos passa de 77,7% para 81,5% entre 1984 e 1996 (Nordeste e Sudeste do Brasil).

**Gráfico 7.** Tipos de união por classe, Nordeste e Sudeste do Brasil, 1976, 1984 e 1996



As razões da opção por determinado tipo de união, particularmente a oposição entre união legal e união consensual é bastante debatida. Por um lado, realça-se o peso da transmissão de patrimônio na opção por uma união legal e, por outro, o reflexo de ideário individualista, com seu corolário de flexibilidade na formação e dissolução de vínculos, nas classes altas ou a precariedade e transitoriedade dos vínculos nas classes baixas para entender a opção pela união consensual. A interpretação de como as mudanças no tipo de união estabelecida pode favorecer ou não o poder das mulheres são mais ambíguas. Greene e Rao (1992) ao mostrar que desde os anos 70 tem crescido a importância das uniões consensuais no país, consideram que, no caso do Brasil, sua crescente incidência pode estar funcionando como um mecanismo de circulação dos homens, já que estas uniões se rompem com maior facilidade, de forma a compensar os desequilíbrios entre o número de homens e mulheres no mercado matrimonial. Greene e Rao descrevem caminhos opostos pelos quais este tipo de união pode estar relacionado com o poder da mulher. Se, por um lado, as uniões informais são mais frequentes entre as mulheres menos escolarizadas o que se soma a outras indicações de que este tipo de vínculo costuma ser mais desfavorável às mulheres que aos homens, por outro, são também mais frequentes entre as mulheres que trabalham as quais, a seu ver, teriam mais condições de contrapor-se às normas que enfatizam o casamento formal. Diversos estudos sugerem que uniões consensuais parecem mais desejáveis aos homens do que as mulheres, porque estes vêem nelas mais facilidade de dissolução, enquanto as mulheres percebem falta de proteção, de segurança ou de legitimidade social, muitas vezes

“resignando-se a” antes que escolhendo este tipo de união (BERQUÓ, LOYOLA, 1984). Por outro lado, estudos sobre as representações associadas a este tipo de união, demonstram que, embora a referência para quem coabita permaneça sendo o casamento formal, sendo a união consensual muitas vezes percebida como um estado transitório antes que como um questionamento ao casamento tradicional, ensaios contestatórios, enfatizando relacionamentos baseados em liberdade e igualdade, sobretudo sem filhos e sem coabitação, são experimentados nas camadas médias (QUINTEIRO, 1990). Outro aspecto que complica a compreensão do tipo de união enquanto uma dimensão de poder na relação conjugal é o fato de que as uniões consensuais ser uma prática que desponta desde longo tempo como característica marcante da nupcialidade no Brasil e na América Latina<sup>8</sup>.

Importa-nos destacar algumas das implicações dessas mudanças demográficas no que diz respeito a possível mudança no significado do casamento para as mulheres, frente a outras oportunidades sociais a elas abertas. Se as tradicionais diferenças de idade entre os cônjuges traduziam o fato da mulher estar apta para desempenhar os papéis de trabalho doméstico e cuidado de crianças próprios a um casamento tradicional mais cedo do que o correspondente papel de provedor masculino, o aumento da idade média das mulheres ao casar coincida talvez com uma expectativa crescente de que estas venham a assumir também o papel de provedoras. Além disso, a postergação da união é especialmente importante quando se considera a frequência com que mulheres têm filhos até dois anos após a união, o que dificultaria ainda mais, em algumas classes, a manutenção do processo de escolarização ou trabalho, afetando as chances de vida futuras das mulheres (ITABORAÍ, 2003). Os resultados aqui analisados corroboram as recentes pesquisas sobre mudanças na família. Essas mudanças, comuns em diferentes graus a diversos países ocidentais, têm levado a uma reflexão sobre a emergência de uma nova concepção de casal (LERIDON, VILLENEUVE-GOKALP, 1988), uma vez que o casamento formal “deixa de ser”<sup>9</sup> uma etapa fundamental na vida das pessoas ou o eixo organizador da procriação, em benefício de outras trajetórias mais ou menos alternativas a este modelo: não casar, postergar ou não formalizar uma união; ter filhos sem se casar, postergá-los ou não tê-los, comportamentos cada vez mais diversos de um “modelo tradicional” de família. Resta saber se essas mudanças no processo de entrada em união das mulheres coincide com uma composição de casal mais favorável a seu empoderamento, questão da qual se trata na seção seguinte.

## **A composição dos casais de uma perspectiva de classe e gênero**

Uma vez que identificamos na seção anterior quando e como se casa, resta saber com quem as mulheres se casam, ou seja, como é o padrão de união por variáveis como classe e escolaridade dos cônjuges e qual a composição dos casais. O casamento sempre foi um tema importante da teoria social. Considerado dentro dos estudos de parentesco, de uma perspectiva sobretudo antropológica e sociológica, o casamento expressa as interações entre grupos no espaço social que, ao se unirem ou não entre si, deixam claras ora as porosidades, ora as fronteiras que caracterizam a estratificação social em uma determinada sociedade. No passado – ou melhor, numa concepção mais tradicional de casamento – eram os grupos

---

<sup>8</sup> Sendo inclusive sua mensuração pouco confiável até 1980.

<sup>9</sup> Não se pode esquecer que variabilidade nos padrões de relações familiares sempre existiu. No caso brasileiro, uniões consensuais, chefia feminina e outros comportamentos que aparecem como fenômenos modernos, são constatados desde o período colonial. A observação da historiografia da família brasileira é uma fonte importante para reflexões sobre o processo de normalização da família, bem como sobre essa “rediversificação” recente.

familiares que conduziam o casamento de seus filhos, como demonstra a análise de Bourdieu sobre os camponeses franceses, aspecto que pode certamente ser extrapolado para outros grupos onde a propriedade a ser transmitida é a terra ou outros bens cuja a fragmentação dificultaria a manutenção de um modo de vida. Ao tratar do mercado matrimonial, Bourdieu está interessado num “parentesco prático” (e não genealógico) que emerge das estratégias dos agentes envolvidos no campo do parentesco com seu caráter político – no qual os interesses, todavia, ficam disfarçados e não emergem no discurso – onde casamento ou celibato fazem parte do mesmo jogo<sup>10</sup>.

A despeito da maior autonomia usufruída pelos jovens nos dias de hoje, o casamento não se torna um evento aleatório, o que se expressa na persistência de taxas significativas de endogamia. Uma configuração complexa de elementos estão na base da moderna visão do casamento como escolha livre de indivíduos autônomos. Seja a afirmação de uma noção de amor romântico como base da relação, seja o processo pelo qual as relações econômicas monetarizam-se e a renda se individualiza, tornando o casamento menos dependente das estratégias de transmissão de propriedade. A seletividade conjugal, contudo, continua indicando a proximidade social entre grupos, já que a tendência endogâmica sinaliza que a eleição do cônjuge expressa a sua percepção como um igual. Ou seja, o casamento não apenas cria alianças entre famílias, mas também erige barreiras entre grupos sociais. Em suas análises das diferenças por classe no consumo de bens culturais, percorrendo desde a fruição da alta cultura até práticas de decoração domiciliar, Bourdieu (2007), mostra como a hierarquia de classes manifesta-se na forma de diferentes estilos de vida. Na visão de Bourdieu, a endogamia é uma evidência da aversão por estilos de vida diferentes, baseada na propensão para unir-se a pessoas com *habitus* semelhantes. Em suas análises para a sociedade francesa, Bozon (1988) constata que os espaços em que se deram os primeiros encontros de casais com diferentes origens sociais são diferenciados, sinalizando para o fato que a endogamia se produz hoje através da segmentação do espaço social presente em sociedades estratificadas. Bozon percorre, assim, os caminhos sugeridos nas análises de Bourdieu, em que as preferências diferenciadas entre as classes sociais quanto a suas práticas de lazer determina que as possibilidades de encontro entre pessoas de classes sociais distantes sejam menores do que as das classes adjacentes.

A endogamia é, portanto, um aspecto importante da composição dos casais, aqui analisado em sua dimensão de classe e escolaridade. Os dados para escolaridade abrangem toda sociedade, enquanto no caso da classe só são considerados os casais em que a mulher também trabalha. Calculamos as taxas de endogamia dos casais nas três datas e constatamos que, utilizando oito classes, esta declina quando se compara a amostra de casais de 1976 e 1986, mantendo-se estável em relação a 1996. A Taxa Geral de Endogamia (TGE) que se refere às pessoas que se casaram dentro de sua própria classe é sempre superior a 40%, enquanto a Taxa de Endogamia Ampliada (TEA), que abrange, além da diagonal principal, as uniões entre estratos adjacentes indica que cerca de 70% dos casamentos se dão entre homens e mulheres da mesma classe ou do estrato imediatamente adjacente, superior ou inferior ao

---

<sup>10</sup> Sobre a abordagem de Bourdieu: “Cada casamento é um cálculo que objetiva reproduzir a ‘casa’ e, eventualmente, ampliar seus domínios, o que resulta em estratégias diferentes com relação aos primogênitos e aos demais filhos e filhas. O que temos, então, como já dito, é um jogo onde, um tanto hobbesianamente, ‘todos jogam contra todos’. Nesse se faz presente menos a regra do que a *maîtrise pratique*, capaz de evitar a *mêsalliance* e capaz de obter um dote máximo para o casamento do filho, assim como gastar um mínimo com o dote de uma filha.” (WOORTMANN, 2004: 132)

seu. Outro dado digno de nota é que as uniões tendem a respeitar a divisão social entre estratos manuais e não-manuais, tendo se realizado respeitando esses limites em 81,7% dos casos em 1976, valor que decresce para 78,3% em 1996.

As taxas de endogamia por escolaridade são sempre superiores às de classe, mas apresentam uma tendência mais clara de redução. Considerando cinco faixas de escolaridade (0 anos, 1 a 4 anos, 5 a 8 anos, 9 a 11 anos, e 12 anos e mais), nota-se que mais da metade dos casais é composto por cônjuges da mesma faixa de escolaridade e 90% entre cônjuges de mesma escolaridade ou de faixas adjacentes. A fronteira entre escolaridade elementar de até 4 anos e as faixas superiores também é forte, dando conta de quase 80% dos casos, como uma expressão educacional dos limites entre classes.

**Tabela 2.** Taxa Geral de Endogamia (TGE) e Taxa de Endogamia Ampliada (TEA) por classe e escolaridade – 1976, 1986 e 1996

	<b>1976</b>	<b>1986</b>	<b>1996</b>
<i>TGE - classe</i>	49,4%	42,3%	43,5%
<i>TEA - classe</i>	73,5%	69,7%	69,2%
<i>% uniões estratos manual X não manual</i>	81,7%	79,3%	78,3%
<i>TGE - escolaridade</i>	60,4%	57,2%	52,7%
<i>TEA - escolaridade</i>	94,0%	92,5%	90,5%
<i>% uniões 4 anos X 5 anos de estudo e mais</i>	86,0%	82,7%	79,4%

O que pode estar significando essa redução da endogamia? Casamentos menos endogâmicos resultam dos avanços femininos, uma vez que as mulheres se escolarizam e trabalham mais, favorecendo que as uniões se tornem não apenas mais heterogêneas, mas também menos desiguais? Uma dimensão da questão é certamente a maior fluidez das relações sociais nas sociedades modernas, urbanas e marcadas por um grande desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, que multiplicam ao infinito as possibilidades de contato social. Por outro lado, como demonstra Bozon, a intervenção direta dos pais é substituída pela segregação de espaços de sociabilidade. Um ambiente como a universidade gera uma conjuntura favorável para a endogamia, na medida em que os universitários têm idade semelhante, a mesma escolaridade e oportunidades semelhantes de inserção profissional que lhes proporcionarão uma posição de classe e renda semelhantes. Ou seja, se a universidade tende a aumentar a endogamia de classe e escolaridade, tem um potencial também para aumentar a simetria nos casais, reduzindo as desigualdades de gênero. Uma certa democratização das relações sociais, expressa como menor endogamia, já foi antes constatadas nas análises por cor e escolaridade (SILVA, 1987, 2003). Analisando a interação entre barreiras ao casamento por cor e educação simultaneamente, Ribeiro e Silva (2009) notam a tendência de redução dessas barreiras que sugere uma modernidade brasileira em que a maior fluidez nas relações sociais manifesta-se weberianamente no casamento, considerado “como um indicador de sociabilidade ou contatos sociais entre diferentes grupos” (2009, p. 34), alertando, todavia, para a manutenção de barreiras no que tange a população com educação superior<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> “Interpretando os casamentos como um indicador da proximidade entre os grupos de cor, podemos concluir que, pelo menos na esfera da sociabilidade representada pela união matrimonial, há uma crescente tendência de

Optamos por analisar os resíduos ajustados de forma a identificar os padrões de casamento favorecidos ou inibidos na estrutura social. Considerando que valores superiores a 1,96 indicam uma discrepância significativa ao nível de 5%, optou-se por destacar de laranja os valores positivos e, de azul, os negativos, deixando sem marcação os valores inferiores a 1,96. Por outro lado, uma vez que se constatou um expressivo isolamento dos trabalhadores rurais, os quais apresentam valores superiores a 80 (padrão que tende inclusive a se tornar mais forte: 86,6 em 1976, 88 em 1986 e 103,8 em 1996) para uniões endogâmicas e valores significativamente negativos para uniões com quaisquer estratos urbanos, optou-se por analisar os resíduos ajustados apenas para os estratos urbanos.

**Tabela 3.** Classe da mulher (linha) pela classe do homem (coluna), resíduos ajustados, 1976, 1986 e 1996, apenas classes urbanas

1976	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5	Classe 6	Classe 7	Classe 8
Classe 2	23,6	13,8	4,8	-7,9	-11,7	-16,8	-15,6
Classe 3	5,6	10,2	1,6	-4,3	-5,0	-5,9	-7,0
Classe 4	3,6	-1,0	6,6	-2,3	-1,0	-3,8	-2,8
Classe 5	-2,3	-1,4	-,5	10,9	-,1	-1,6	-1,3
Classe 6	-19,7	-13,9	-3,4	8,8	15,1	12,2	7,6
Classe 7	-7,3	-3,3	-3,9	-2,0	-1,0	14,7	4,7
Classe 8	-9,3	-8,7	-4,9	-1,6	,7	7,7	25,0
1986	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5	Classe 6	Classe 7	Classe 8
Classe 2	30,1	14,9	10,4	-6,0	-15,9	-23,9	-19,4
Classe 3	5,1	15,5	1,7	-5,1	-5,8	-9,2	-7,8
Classe 4	,4	-,8	8,0	-2,1	-1,3	-2,0	-1,9
Classe 5	-3,4	-,3	-2,4	20,3	-4,0	-1,9	-2,6
Classe 6	-19,9	-14,1	-5,7	4,2	21,4	12,5	4,7
Classe 7	-12,1	-9,9	-6,5	-3,0	,5	27,5	6,2
Classe 8	-13,5	-11,8	-6,5	-3,5	2,2	10,5	34,8
1996	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5	Classe 6	Classe 7	Classe 8
Classe 2	36,5	13,7	6,5	-11,9	-18,0	-22,0	-20,0
Classe 3	6,4	18,0	1,3	-6,3	-6,1	-12,0	-8,9
Classe 4	-,3	-2,5	8,0	-2,1	1,3	-1,9	-2,0
Classe 5	-4,2	-3,9	-1,5	24,3	-3,8	-2,8	-3,7
Classe 6	-23,9	-11,0	-2,1	10,0	21,7	8,0	4,3
Classe 7	-14,5	-11,0	-5,2	-5,4	1,1	34,2	6,1
Classe 8	-14,9	-12,0	-6,1	-4,6	4,4	10,8	37,6

aceitação de pessoas de grupos de cor distintos, sendo a proximidade de brancos e pardos significativamente maior do que a de pardos e pretos. Essas tendências são independentes do nível educacional dos cônjuges, ou seja, não são apenas um efeito da diminuição das desigualdades educacionais entre brancos, pardos e pretos nem da crescente diminuição das barreiras educacionais ao casamento. Essas últimas barreiras, por sua vez, também estão diminuindo, o que indica que casamentos entre pessoas com níveis educacionais distintos são cada vez mais comuns. As barreiras entre grupos educacionais adjacentes diminuíram significativamente entre 1960 e 2000, com exceção da barreira aos casamentos entre pessoas com segundo grau (9-11 anos) e universidade (12 anos ou mais), a qual está se tornando mais rígida, sobretudo por causa do aumento do número de mulheres alcançando educação universitária entre 1960 e 2000.” (RIBEIRO, SILVA, 2009: 46)

Nota-se, pela tabela 3, um padrão consistente de endogamia por classe, com casamentos na sua própria classe ou nas classes adjacentes. A linha separando estratos manuais e não manuais é clara, ocorrendo, por um lado, casamentos entre os estratos 2, 3 e 4, e, por outro lado, entre os estratos 5, 6, 7 e 8. A classe 5 encontra-se num relativo isolamento, casando fora de seu grupo apenas no caso de homens da classe 5 com mulheres da classe 6, enquanto são mais intensos os arranjos matrimoniais entre as classes 6, 7 e 8. Interessante notar que, quando em ocupações masculinas, como as classes 4 e 5, as mulheres tendem a se casar com homens de seu próprio estrato. Já os homens da classe 4 casam-se com mulheres da classe 2. A escolha das cônjuges pelos homens das classes 4 e 5, portanto, reflete as segregações por gênero no mercado do trabalho. Deve-se realçar que, além de ser claro o padrão de endogamia por classe, ele é estável (repete-se em linhas gerais nas três datas) e vem se tornando mais forte (resíduos ajustados tornam-se em geral maiores quando se compara as três datas).

Já quanto ao padrão de endogamia educacional, observa-se que a endogamia é mais forte nos extremos, ou seja, no grupo com 0 anos e no grupos de 12 ou mais anos de estudo. Entre 4 e 5 anos de estudo existe uma ruptura quanto às chances de união, sugerindo haver uma linha divisória entre o primário e mais que o primário de escolaridade, sem esquecer que os dois grupos mais baixos de escolaridade encontram-se isolados inclusive não se casando entre si. Nota-se que homens e mulheres com 12 anos e mais se tornaram mais seletivos nas duas últimas datas, passando a ter parceiros com pelo menos o ensino médio, enquanto em 1976 havia mais probabilidade de encontrar homens com 12 ou mais anos de estudo unidos a mulheres com 5 a 8 anos. A mudança no padrão de endogamia educacional sugere, portanto, que os avanços femininos vêm repercutindo na composição dos casais.

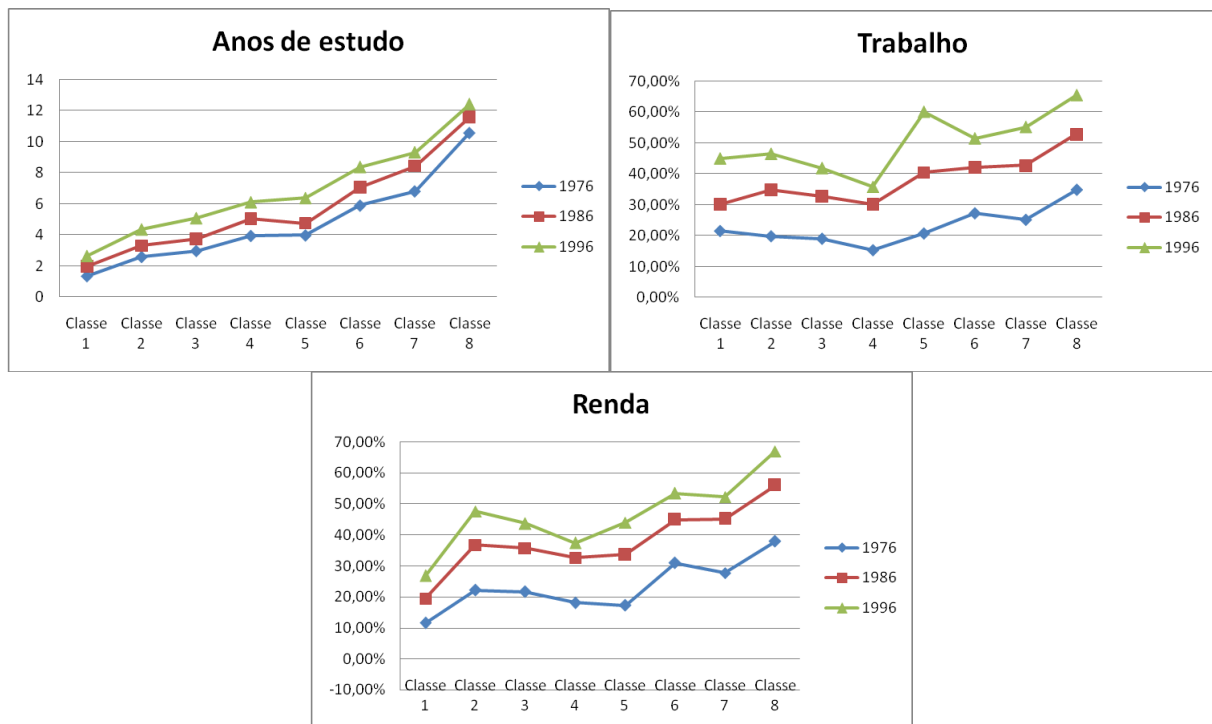
**Tabela 4.** Escolaridade da mulher (linha) pela escolaridade do homem (coluna), resíduos ajustados, 1976, 1986 e 1996

1976	0 anos	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 anos e mais
0 anos	128,8	-44,6	-54,8	-37,8	-38,8
1 a 4 anos	-56,4	96,2	-20,4	-26,8	-43,4
5 a 8 anos	-54,1	-35,2	90,8	32,7	13,1
9 a 11 anos	-37,6	-39,5	17,3	67,0	73,6
12 e mais anos	-26,2	-34,7	-1,8	24,4	112,1
1986	0 anos	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 anos e mais
0 anos	115,7	-21,2	-46,2	-38,0	-34,6
1 a 4 anos	-23,5	85,9	-22,4	-38,9	-47,8
5 a 8 anos	-46,7	-28,4	76,0	20,1	-6,7
9 a 11 anos	-39,3	-43,1	7,8	76,5	47,6
12 e mais anos	-28,7	-40,7	-9,4	17,3	117,8
1996	0 anos	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 anos e mais
0 anos	120,9	-10,0	-45,7	-41,4	-33,5
1 a 4 anos	-1,2	88,8	-26,3	-49,8	-49,4
5 a 8 anos	-46,9	-23,0	74,2	12,0	-22,2
9 a 11 anos	-45,2	-47,8	8,3	78,8	36,0
12 e mais anos	-33,3	-44,7	-19,4	23,4	125,4

As composições dos casais em aspectos como educação, renda e idade são agora analisadas considerando que as melhorias na posição das mulheres em relação aos seus

maridos possam ser uma indicação de seu empoderamento ou de relações de gênero menos assimétricas e desiguais. Como se observa no gráfico 8, a escolaridade das mulheres unidas aumentam em todas as classes, mantendo, todavia, a orientação hierárquica que lhe é própria. Também o percentual de mulheres unidas que trabalham cresce em todas as classes. Embora o trabalho nem sempre seja sinônimo de renda, aumentam em todas as classes também o percentual de mulheres que declaram auferir renda.

**Gráfico 8.** Anos de estudo das mulheres unidas, percentual de mulheres unidas que trabalham e percentual de mulheres unidas que têm renda, por classe familiar, 1976, 1986 e 1996



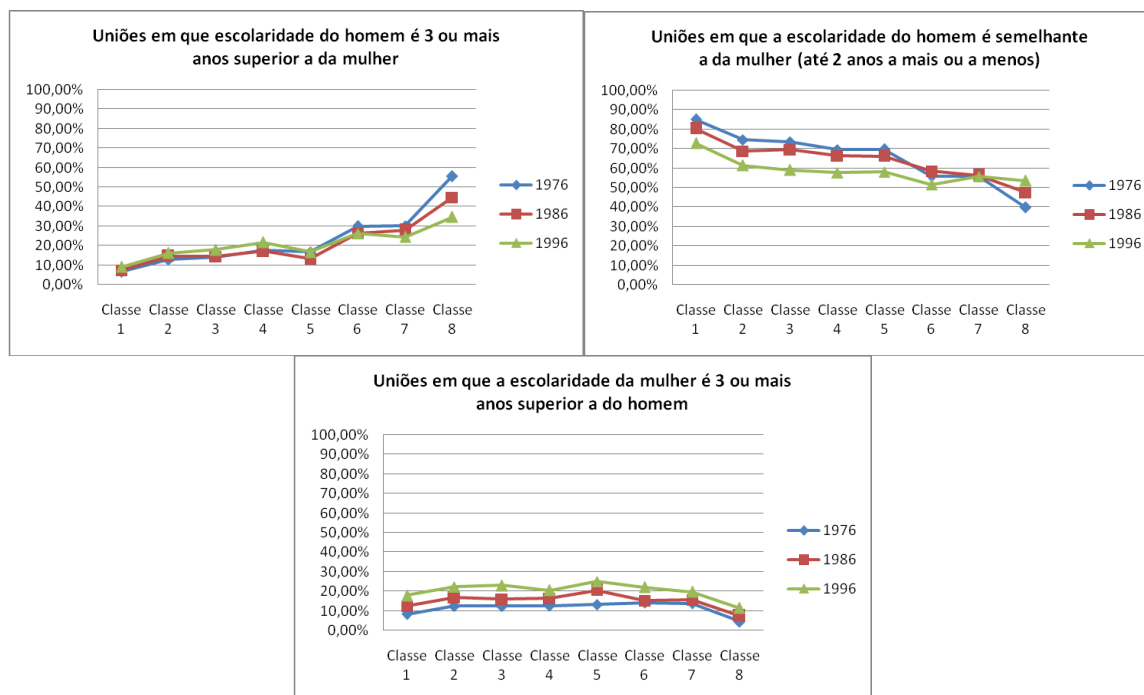
O gráfico 9 permite observar os avanços femininos em termos de superioridade educacional em relação ao marido. Embora a endogamia educacional seja a situação mais freqüente, essa vem declinando. Cresce, por outro lado, as situações em que as mulheres são 3 ou mais anos mais escolarizadas que os seus cônjuges. Como na maior parte das vezes é o homem que define a classe familiar, observa-se que as diferenças de educação a favor do homem cresce com a classe. Quanto mais alta a classe, maior a chance do homem ser mais escolarizado que a mulher. Mas, se a desigualdade de educação entre os cônjuges era maior nas classes mais altas, com a escolarização crescente das mulheres das classes altas, diminui expressivamente o percentual de casais das classes altas em que a escolaridade masculina é 3 ou mais anos superior que a feminina. Por outro lado, nas classes baixas, onde os cônjuges tendem a ser mais iguais na baixa escolaridade, é maior a homogamia. Nota-se, portanto, que os diferenciais entre classes (quanto à escolaridade dos cônjuges) tendem a diminuir. O que em 1976 eram inclinações, com arranjos mais homogâmicos nas classes baixas e mais hipergâmicos nas classes altas, em 1996 vão se horizontalizando, em direção a uma maior aproximação entre as classes no que diz respeito à composição educacional do casal.

A participação das mulheres unidas na renda dos casais (gráfico 10) é algo que também vem mudando lenta mas consistentemente. Se é verdade que ainda predominam arranjos em que a renda da mulher representa menos de 40% da renda do casal (que ainda em

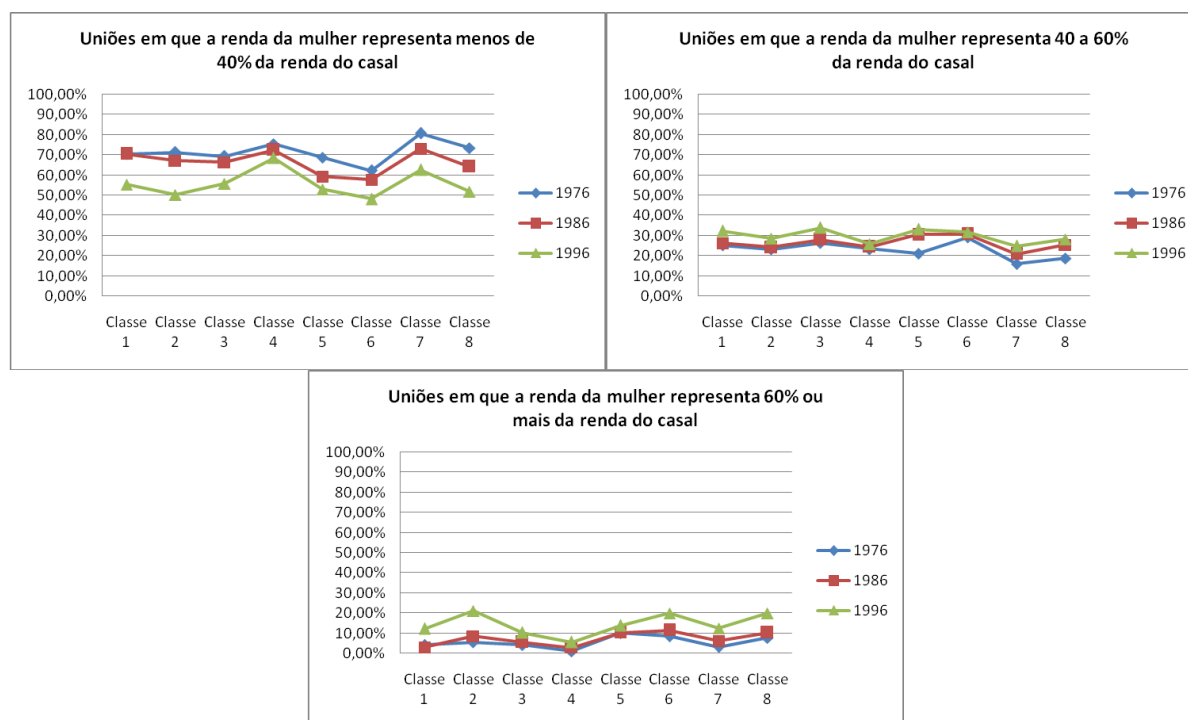


1996 correspondia à situação de entre 50 e 70% das mulheres nas diferentes classes), verificasse, comparando as três datas, a tendência de redução dos arranjos hipergâmicos, enquanto aumentam os arranjos homogâmicos e hipogâmicos no que diz respeito a composição do casal quanto a renda.

**Gráfico 9.** Diferenças de escolaridade entre os cônjuges por classe social familiar



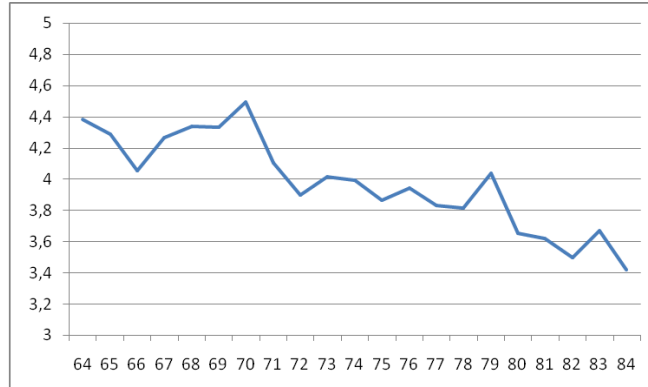
**Gráfico 10.** Participação das mulheres unidas na renda do casal, 1976, 1986 e 1996



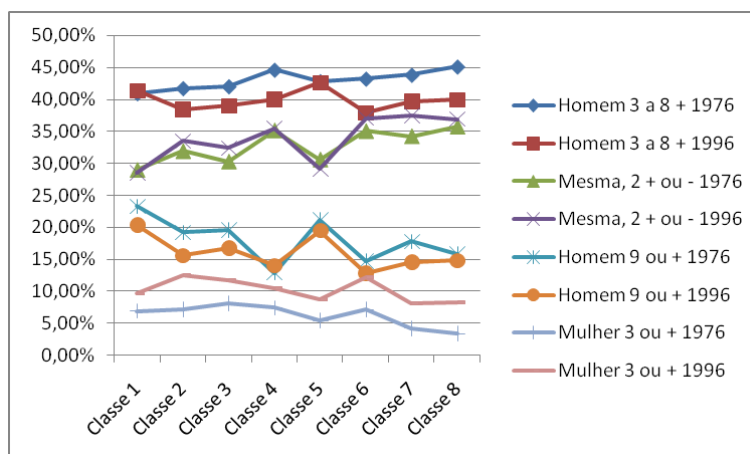
As diferenças de idade entre os cônjuges também é um aspecto que pode estar relacionado a diferenças de autoridade dentro do casal. Situando a América Latina (sem

incluir o Brasil), frente a outros países pouco desenvolvidos, Casterline et al. apontam que as diferenças de idade entre os cônjuges tendem a ser menores, além de encontrar-se aqui maiores proporções de mulheres mais velhas que o marido. A nível agregado, estas menores diferenças de idade parecem estar associadas a um maior status da mulher nestes países, medido por indicadores como seu nível de instrução. No caso do Brasil, Souza (Apud LAZO, 1996: 53) observa também que, embora os homens tendam a se casar em idades em média superiores a das mulheres, as diferenças de idade entre os cônjuges têm se reduzido tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, ao longo do período 1960-1980. A observação da diferença de idade entre os cônjuges permite avaliar simultaneamente a dimensão dos padrões culturais que estruturam as relações de gênero bem como o tempo de entrada em união dos homens, já que esses conforme os padrões de casamento analisados tendem a se encontrar na mesma classe ou em classe superior às suas cônjuges. Pelo gráfico 11, observa-se que, ao se unirem, os homens continuam apresentando idade superior às mulheres, mas esta diferença tende a diminuir, oscilando de 4,4 a 3,4 no intervalo referente às uniões realizadas nos anos de 1964 a 1984.

**Gráfico 11.** Diferenças de idade entre os cônjuges na primeira união por ano de realização da primeira união, mulheres de 15 a 54 anos, Brasil, 1984



**Gráfico 12.** Diferenças de idade entre os cônjuges, 1976, 1986 e 1996



Quando se observa as diferenças de idade entre os cônjuges ano a ano e por classe social (gráfico 12), nota-se que a tendência de declínio da diferença de idade entre os cônjuges comporta heterogeneidade. Existem maiores diferenças de idade nos estratos 1 e 5,

enquanto as diferenças são bem menores nos estratos 4, 6, 7 e 8. Em linhas gerais, crescem, entre 1976 e 1996, os arranjos em que as mulheres são 3 ou mais anos mais velhas ou possuem idade semelhante (2 anos a mais ou a menos) a seu cônjuge. Por outro lado, tendem a se reduzir os arranjos em que os homens são mais velhos que as mulheres. A despeito desses avanços, ainda persiste como mais freqüente o arranjo do homem ser 3 a 8 anos mais velho que a mulher (em torno de 40%), seguido dos arranjos em que os cônjuges têm idade semelhante. A expectativa das próprias mulheres de que o arranjo ideal seria aquele em que os homens fossem alguns anos mais velhos, o que Bozon (1990) chama de “dominação consentida” parece ser ainda um traço forte mesmo que declinante da dominação masculina entre nós.

Os gráficos analisados nessa seção sugerem, portanto, que a despeito da manutenção de muitas das desigualdades de gênero características da dominação masculina, existem mudanças graduais em direção a uma maior paridade de escolaridade, idade e renda nos casais.

## **Considerações finais**

As mudanças na condição familiar feminina aproximam as experiências das mulheres no sentido de uma tendência comum, vivida, contudo, diferentemente já que os pontos de partida são diferentes. Se as diferenças existentes nas características familiares (celibato, idade e tipo de união) e individuais (escolaridade, trabalho e renda) por classe expressam condições materiais e valores culturais distintos que afastam as experiências familiares das mulheres, o sentido da mudança na condição feminina na sociedade tende a ser comum, aproximando essas mulheres que, embora tendo pontos de partida diferentes (que se expressam na manutenção de diferenciais por classe) caminham numa mesma direção de um relativo empoderamento.

Dois processos simultâneos, um privado e outro público se interceptam para gerar uma melhor condição para as mulheres barganharem suas relações de gênero. Por um lado, novas trajetórias familiares, com entrada mais tarde em união, uniões menos formalizadas e menores diferenças de idade entre os cônjuges. Por outro lado, os avanços femininos em educação, participação no mercado de trabalho e renda. Juntos esses processos repercutem, pouco a pouco, em menor assimetria nos casais com possíveis repercussões nas relações de poder e autoridade nos casais.

Na medida em que cresce a escolarização das mulheres unidas acompanhando o movimento de expansão da escolaridade na sociedade brasileira, bem como seu acesso a trabalho e renda, pode-se esperar maior autonomia nas suas decisões e maior capacidade de influência nas decisões familiares. Interessante por se tratar de uma área onde as desigualdades de gênero sempre foram – e continuam – muito fortes, o estudo da propriedade fundiária por gênero de Deere e León ilustra bem o que está em questão quanto ao impacto do acesso a bens ou renda na melhoria do poder de barganha da mulher no casal ou no mercado matrimonial.

Há um corpo crescente de evidências de estudos de caso da América Latina, demonstrando que, se compararmos proprietárias camponesas com aquelas que não possuem terra, as proprietárias têm muito maior escolha de parceiros no casamento e conseguem uma posição muito mais forte ao negociar o seu casamento. Dentro dos casamentos, as proprietárias desempenham um papel muito maior, tanto na tomada de posição referentes à casa e à propriedade, inclusive decisões sobre produção e

aquelas que governam a destinação daquilo que é produzido, e como é usada a renda assim gerada. A posse da terra pelas mulheres também foi associada com menores taxas de violência doméstica, pois as proprietárias estão em posição muito melhor para abandonar um parceiro abusivo, devido a sua posição mais forte na retaguarda; também lhes é mais fácil atrair outro cônjuge. (DEERE, LÉON, 2003: 146)

Uma outra dimensão da questão é que a estratégia de empoderamento feminino certamente vem se apoiando mais sobre mudanças privadas que públicas. Tratam-se de opções familiares, como restrições e adiamentos, sobre as quais se apóiam em grande parte os avanços constatados em escolaridade, trabalho e renda femininos. Tudo indica que a revolução no público vem se fazendo às custas do privado, uma vez que grande parte os avanços das mulheres na esfera pública se deram as custas de restrições (da fecundidade), adiamentos (de união, filhos) e sobrecarga (soma encargos domésticos e profissionais para as que conciliam vida profissional e formação de família). Provada a capacidade das mulheres de ocupar espaços públicos (embora muito reste de luta para obter igualdade no público: igualdade salarial, acesso a postos de chefia, etc.), agora a luta do feminismo deve ser também por transformações no público para que este favoreça (através de serviços de cuidado infantil, licenças para ambos os pais, etc.) também o direito à qualidade de vida *privada* para mulheres, homens e crianças usufruírem de possibilidades de realização tanto no público quanto no privado, consideração que levou até um dos maiores teorizadores do *welfare state* a dizer que tem-se uma “revolução incompleta” enquanto as instituições não se adaptem aos novos papéis das mulheres (Esping-Andersen, 2009).

## Referências

- ARAÚJO, Clara; PICANÇO, Felícia; SCALON, Celi (Orgs.) (2007), *Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada*. Edusc, Bauru.
- BERQUÓ, LOYOLA (1984), “União dos sexos e estratégias reprodutivas no Brasil”, *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, vol. 1, núm. 1/2.
- BERQUÓ, OLIVEIRA (1992), “Casamento em tempos de crise”. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, vol. 9, núm. 2.
- BOURDIEU, Pierre (2007), *A distinção: crítica social do julgamento*. Edusp/ Zouk, São Paulo/ Porto Alegre.
- BOZON, Michel (1988), “La découverte du conjoint II. Les scenes de rencontre dans l’espace social”, *Population*, n.1.
- \_\_\_\_\_ (1990), “Les femmes et l’écart d’âge entre conjoints: une domination consentie. I – Types d’union et attentes en matières d’ecart d’âge”, *Population*, núm. 2, p. 327-360.
- \_\_\_\_\_ (1992), “Sociologie du rituel du mariage”, *Population*, núm. 2, P. 409-434.
- CASTERLINE, WILLIAMMS, MCDONALDS (1986), “The age difference between spouses: variations among developing countries”, *Population Studies*, vol. 40, núm. 3.
- DEERE, Carmen Diana; LÉON, Magdalena (2003), “Diferenças de gênero em relação a bens: a propriedade fundiária na América Latina”. *Sociologias*, Porto Alegre, vol. 5, núm. 10.
- ERIKSON, Robert (1984), “Social class of men, women and families”, *Sociology*, núm. 18..
- ESTEVES, Martha de Abreu (1989), *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta (2009), *The incomplete revolution: adapting to women’s new roles*. Polity, Cambridge.
- GREENE, RAO (1992), “A compressão do mercado matrimonial e o aumento das uniões consensuais no Brasil”, *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, vol. 9, núm. 2.

- ITABORAÍ, Nathalie Reis (2003), “Mães adolescentes: desigualdades nos pontos de partida e de chegada” In: HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Topbooks, Rio de Janeiro.
- LAZO, A. C. V. (1996), “Os estudos contemporâneos sobre nupcialidade: uma revisão crítica”, Unicamp, Textos Nepo, núm. 32.
- LAZO, A. C. V. (2002), “Nupcialidade nas PNADs-90: um tema em extinção?” Rio de Janeiro, IPEA, Texto para discussão, n. 889.
- LERIDON, Henri; VILLENEUVE-GOKALP, Catherine. (1988) “Les nouveaux couples: nombre, caractéristiques et attitudes”. *Population*, núm. 2.
- NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz (2002), *Donas e plebéias na sociedade colonial*. Estampa, Lisboa.
- NOGUEIRA, Oracy (1962), *Família e comunidade*. INEP, Rio de Janeiro.
- RIBEIRO, Carlos Antônio Costa; SILVA, Nelson do Valle (2009), “Cor, educação e casamento: tendências da seletividade marital no Brasil, 1960 a 2000”, *Dados*, vol. 52, núm. 1.
- SILVA, Nelson do Valle (1979), “Padrões de nupcialidade no Brasil (1940-1970)”, *Boletim Demográfico*, vol. 9, núm. 4.
- SILVA, Nelson do Valle (1987), “Distância social e casamento inter-racial no Brasil”, *Estudos afro-asiáticos*, vol. 14.
- SILVA, Nelson do Valle (2003), “Duas décadas de seletividade marital educacional no Brasil”, In: HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Topbooks, Rio de Janeiro.
- QUINTEIRO, M. C. (1990), “Casados não casados: uniões consensuais nas camadas médias e populares”, Unicamp, Textos Nepo, núm. 19.
- WOORTMANN, Klaas (2004). “A etnologia (quase) esquecida de Bourdieu, ou o que fazer com heresias”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 19, núm. 56.